

## **Estratégias de Formação no campo da economia dos setores populares\***

Katia Aguiar\*

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapam ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície e volume reduzidos. É o que você chama de pietãs. É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e de povo.  
(Gilles Deleuze, Conversações)

A intenção desse ensaio é apresentar algumas reflexões extraídas de nossos percursos e implicações, bastante singulares, no campo da educação/formação popular. A possibilidade de rever, avaliar e sistematizar o acumulado das experiências anteriores de cada um de nós, de partilharmos nossas inquietações sobre as propostas de formação, presentes em diferentes frentes do chamado trabalho social, foi aberta pela idealização e realização dos Cursos de Extensão que ministramos desde 2003, principal motivador da realização deste encontro.

Recordando o que apontava Gabriel Kraychete (2006) em seu texto de abertura, trabalhamos com o entendimento de que a sustentabilidade dos empreendimentos populares se constrói no cruzamento de diferentes vetores de transformação. Intervenções públicas apoiadas nos direitos sociais enquanto princípios reguladores da economia, conquistas tecnológicas, política fiscal e normas jurídicas, se encontram imbricadas com a exigência de conhecimento, por parte dos integrantes dos grupos, das condições necessárias para assumirem a condução de seu empreendimento.

Destaca-se ainda, em acordo com Coraggio (2006), que a sustentabilidade daquelas iniciativas se apóia na ampliação contínua do alcance de suas ações. A partir dessas considerações, afirmamos que as iniciativas de busca pela sustentabilidade dos empreendimentos populares se inscrevem no tensionamento

---

\* Texto elaborado par o seminário Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação, Universidade Católica de Salvador, dez/2006. Este texto tem por referência as reflexões efetuadas no âmbito da equipe da Capina (Ricardo Costa, Aída Bezerra e Gabriel Kraychete), responsável pelo curso de Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos e o diálogo com as contribuições dos integrantes do NUTRAS – Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde.

\* Professora Adjunta do Departamento de Psicologia / UFF. Integrante do NUTRAS – Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde / UFF.

entre as forças de manutenção e conservação das condições que estão postas e as forças de ruptura que procuram a transformação do existente.

Embora seja óbvio o que daí se conclui, não é demais reafirmar que essa forma de abordar a sustentabilidade a torna uma questão eminentemente política. O que exige a retomada dos debates sobre os caminhos da transformação social, nos termos do poder e da liberdade. Coloca-se como desafio e, talvez, como condição à formulação de proposições e de ações, junto aos setores populares, a observação do modo como funciona o poder e as resistências em nosso presente.

Isso nos parece especialmente importante se consideramos que são aqueles setores os mais violentamente atingidos pelas atuais políticas de ajuste. Assolados pelo sucateamento dos equipamentos que deveriam lhes servir e pela precarização das condições mais imediatas de reprodução da vida, são convocados à mobilização para transformar a própria sorte. Numa operação de inversão que os torna co-operadores dessas mesmas políticas.

Apontada essa atitude de prudência em relação às iniciativas de empreendimento popular, queremos partilhar esse trabalho com aqueles que de alguma forma se encontram envolvidos, por escolha própria e/ou em decorrência de seus vínculos institucionais, com as *atividades econômicas dos denominados setores populares*. Na maioria das vezes essas atividades se organizam a partir de convocações mais diretas dirigidas às populações como parte de um programa ou projeto de trabalho comprometido com propostas institucionais ou com os seus financiamentos. Também encontramos iniciativas, que surgem do esforço de organização dos próprios trabalhadores manifestando as suas formas de sobrevivência e de enfrentamento num sistema que descuida das suas condições de existência (Bezerra, 2006).

De um modo ou de outro, o conjunto dessas atividades e iniciativas hoje constitui um campo de trabalho que exige diferentes saberes e competências, atraindo profissionais de diversas áreas de atuação. Um campo de trabalho que, mesmo marcado em suas condições de emergência por processos de precarização da vida, tem apresentado vitalidade política frente aos reiterados procedimentos de ajuste e de extermínio que caracterizam as formas controle do sistema do capital, no contemporâneo.

Essa vitalidade política pode ser percebida, de modo mais imediato, na proliferação de fóruns e de conselhos, formas já conhecidas e legitimadas de

participação e de reconhecimento no que hoje identificamos como um regime democrático. É certo que a capacidade organizativa para o exercício da pressão, da reivindicação e da participação propositiva frente ao Estado é, ainda, o principal indicativo na avaliação do acumulado de poder de um movimento social. Mas entendemos que as novas formas de controle no contemporâneo, estão a exigir de nós um exercício de pensamento que recoloca, em outros termos, o problema da resistência.

É nesse caminho que propomos incitar a vitalidade política que também se espreita no cotidiano de trabalho de técnicos/assessores e produtores que, por caminhos diferentes, têm se lançado ao desafio de constituir miríades de associações. Nesses exercícios o que observamos, e que tomaremos como eixo norteador de nossas considerações, é a *importância estratégica do técnico/assessor na abertura e no acolhimento aos processos de singularização, nas experiências, que favoreçam a instituição de outras políticas de formação no campo da economia dos setores populares.*

Diante dos limites de nossa fala, vamos privilegiar dois eixos considerados, por nós, fundamentais:

- a gestão enquanto tema catalisador de forças dispersas e que, a depender de seu uso, pode acessar vetores de mutação social.
- a formação afirmando seu caráter estratégico na constituição das resistências.

### **Modos de Gestão: entre os riscos e a invenção**

Nos debates sobre os rumos dos empreendimentos e de outras organizações da economia dos setores populares, é notória a centralidade das denominadas *questões de gestão*. Observamos essa centralidade nos mapeamentos disponíveis realizados por entidades de apoio e fomento à economia solidária, bem como nos registros elaborados por pesquisadores que, por diferentes caminhos investigativos, se interessam pela diversidade de estratégias e táticas cotidianas daquelas populações.

A abordagem desse tema/conceito é, para nós, problemática e complexa. Problemática por envolver inúmeros aspectos e conhecimentos oriundos de diversos campos de saber – poder. E complexa, pela opção que fazemos por uma abordagem interessada em detectar e apreender as articulações, as conexões e as ressonâncias entre esses aspectos. Não se tratando, portanto, de uma abordagem apenas a

serviço da solução de problemas. Desse modo, sem pretender esgotar o tema, propomos um caminho para abordá-lo. Em lugar de tratar do problema da gestão, arriscamos um *modo de colocar a gestão como problema*.

A ênfase nas preocupações com as *questões de gestão*, se confirma nas sondagens que realizamos, através de fichas de inscrição, entrevistas e mapeamentos das preocupações de técnicos e grupos populares, nos Cursos de Extensão com profissionais que desenvolvem atividades de assessoria, apoio e acompanhamento daquelas iniciativas. Nesses registros, as preocupações/desafios identificados como de gestão, se referem a aspectos bastante diversos da vida dos empreendimentos; e essa diversidade é ainda maior se cotejadas as preocupações dos técnicos/assessores com as preocupações dos produtores diretos.

Apenas a título de exemplificação dessa variedade de concepções, poderíamos citar:

"a falta de referencial e de capacitação para a gestão; o escoamento da produção ou comercialização; a falta de recursos, como capital de giro e linhas de crédito; a resistência à cultura da cooperação; a limitação de tempo para o trabalho de acompanhamento; a falta de identidade de grupo; as dificuldades com os instrumentos de gestão e com a capacitação das pessoas; não conhecimento acerca dos processos administrativos - comercial, contábil e de produção; dificuldades com o marketing; o baixo retorno da produção; as resistências à implementação de normas e procedimentos; lideranças centralizadoras; a tendência à reprodução do modelo de emprego; as dificuldades na interação entre os objetivos do grupo e os objetivos dos técnicos/assessores. Todas essas situações aí apontadas, se vinculam a uma mesma interrogação: *como chegar à autogestão?*

O entendimento do que é a gestão tem uma variabilidade bastante importante e que deve ser levada em conta, já que é fonte de interferências nas relações entre técnicos e produtores diretos, entre os próprios produtores e, em especial, entre os técnicos e as entidades de apoio e fomento. São freqüentes os impasses gerados, por exemplo, pelos descompassos entre as exigências dos projetos (seus objetivos, metas e necessários impactos) e a temporalidade dos processos (seus impasses, suas conquistas, as histórias e experiências que neles se atualizam); como são freqüentes os equívocos entre as necessidades e os desafios concretos que enfrentam os produtores e aquilo lhes é oferecido como fomento e apoio ao seu trabalho. Também não são raros os estranhamentos gerados entre os próprios produtores quando a questão é a organização do trabalho.

No entanto, as interferências provocadas pela variabilidade no entendimento da gestão não são, em si, algo negativo e nem mesmo, necessariamente, implicam

dificuldades ou defeitos nos processos de produção. Trabalhamos com a leitura de que elas podem sinalizar efeitos de *modos de gestão* que co-existem nas organizações. E é nessa perspectiva que queremos trazer alguma contribuição aos debates.

Uma primeira consideração a fazer se refere ao fato de que a centralidade desse tema não é exclusiva do campo sobre o qual tratamos aqui. Ela aparece nos discursos da administração pública, nas propostas das ongs, na capacitação de diretores, agora gestores, de escolas, hospitais, penitenciárias. Mais que um tema central, a gestão parece ter se tornado o remédio para qualquer mal ou condição para o sucesso de qualquer iniciativa. A disseminação de estratégias de gestão tem sido, muitas vezes e não apenas em nosso país, garantida legalmente e incorporada como condição de produtividade e de investimento (Michael Apple, 2005).

Por isso, cabe lembrar que essa disseminação também se inscreve no processo de avanço das políticas neoliberais e seus compromissos com a privatização e a mercantilização expansiva. Procedimento que inclui, no dizer de Leys (2003), “a destruição de esferas não-mercado da vida, das quais sempre dependeram a solidariedade social e a cidadania ativa”.

Os arranjos neoliberais se ancoram numa concepção de gestão que denominamos administrativa-empresarial, manejando técnicas e procedimentos prescritivos, capturando e desqualificando saberes acumulados na atividade prática cotidiana das populações em favor de maior produtividade e lucro. Nas disputas pela instauração de um pensamento único, a homogeneização ou estandardização dos processos, de trabalho e de conhecimento, se valem de novas formas de vigilância e de fiscalização, de instrumentos de avaliação e de controle sobre os riscos. A defesa da eficiência, atribui um tom de neutralidade a tais procedimentos, tornando-os necessários.

Diante disso, parece importante que a gestão seja considerada num campo de disputas políticas tirando-a de seu abrigo e distanciamento tecnicista e reconduzindo-a as suas condições de emergência, qual seja: as práticas sócio-históricas. Nelas, podemos captar os processos, ainda em curso, de disseminação dessas formas contemporâneas de controle no sistema do capital e, ao mesmo tempo, contribuir para a desmistificação da magia da técnica e para o fortalecimento das estratégias de criação e de resistência dos setores populares.

No caso do estudo de viabilidade proposto, por exemplo, tem sido freqüente a constatação, durante o exercício, por parte de técnicos e de produtores, de que o grande desafio não são os números ou as contas. Existe, então, um deslocamento do problema e a percepção da centralidade da gestão ou “das relações entre as pessoas”. Isso poderia soar de imediato como um alívio, mas a gestão oferece um novo campo de desafios, novos problemas e riscos no modo de colocá-los.

No entanto, podemos passar das contas à gestão, sem mexer na magia da técnica. Nesse caso, alguns efeitos podem ser observados: como momentos de longos silêncios, desânimo entre os integrantes dos grupos, irritação, perda de estímulo, um esvaziamento. Podemos tirar como lição da experiência que, a depender de como utilizamos a técnica, ela pode soterrar os saberes em presença ou favorecer a potência de ação e processos de autonomia.

O que queremos enfatizar é que não se trata de encontrar e aplicar o melhor método, mas de colocar em questão o processo de trabalho e as condições nas quais ele acontece, incluindo sua organização. O maior ilusionismo que a crença no bom método promove talvez seja o de supor que as pessoas envolvidas nos processos de trabalho e de conhecimento, cheguem vazias e que se limitem a ser meras executoras do que lhes é exigido.

Pode-se argumentar que essas preocupações têm como referência as relações tradicionais de trabalho e que não são pertinentes aos empreendimentos populares. Mas o que encontramos, em muitas situações, é a permanência dessa lógica. Embora não exista a figura do patrão ou do gerente, os projetos, as políticas, os estatutos ou os conselhos dos especialistas, mesmo quando discutidos e aceitos por um coletivo, veiculam prescrições. E tanto nas formas tradicionais de trabalho quanto nas experiências que propõem a autogestão, o que é (pre)escrito não dá conta da realidade de trabalho, ele pode ser um norte, uma referência a ser considerada.

Por isso, reiteramos que não se trata da aplicação de um bom método, já que o próprio processo de trabalho e de conhecimento, não se dá sem deslocamentos e incertezas. O que está em jogo é a forma *como abordamos essas desestabilizações que são acionadas por qualquer dispositivo*, seja ele técnico, artístico ou jurídico.

Podemos dizer que quando a face da estabilidade da técnica se torna prenhe e domina a cena temos, pelo menos, duas pistas a investigar: ou não estamos tendo a sensibilidade para captar o movimento inerente a qualquer experiência (suas

contradições, conflitos, dissidências e resistências) ou o movimento cessou e temos um estado de dominação.

Seguindo esse caminho, fazemos uma segunda consideração sobre o modo de colocar o problema da gestão. É bastante freqüente que em um mesmo grupo, apareçam diferentes concepções ou entendimentos sobre gestão. Essa variabilidade sobre a qual nos referíamos anteriormente é, em geral, identificada como uma dificuldade ou deficiência na formação dos integrantes do grupo. Em lugar disso, propomos explorar a idéia da *co-existência de diferentes modos de gestão nos grupos*.

Ao apontarmos que as prescrições, embora importantes, não dão conta da realidade de trabalho, estamos agregando àquilo que está instituído, ao que dever ser feito, uma outra dimensão da experiência que se refere àquilo que cada trabalhador mobiliza de si e dos outros para dar conta da vida do trabalho (Brito, Athayde e Neves, 2003). Ou seja, cada um trás consigo um modo de gestão, uma maneira de fazer.

Sendo assim, a variabilidade – os imprevistos, as surpresas – implica modificações nos modos de ser e antecipações; sendo não só parte do processo de trabalho, mas condição para o exercício da criação. E, sabemos, que no dia a dia, a criação é fundamental para que a atividade se realize; em muitos casos sem o chamado jeitinho ou os ‘macetes’ o trabalho não aconteceria.

Quando tratamos de gestão não estamos, portanto, colando o termo a uma escala hierárquica ou à ‘administração’. Com a administração, nos aproximamos de um pólo no qual os princípios de gestão se explicitam à medida que nos afastamos da própria atividade. Há, na perspectiva administrativa-gerencial, dissociação entre atividade e gestão da atividade. Em geral, só há reconhecimento da legitimidade da gestão e de gestores, quando se opera essa dissociação (Schwartz, 2000).

Ora, o que queremos afirmar caminha na contramão dessa tese. Quando falamos em gestão, estamos nos referindo a uma questão humana presente em qualquer experiência, onde é necessário fazer alguma coisa funcionar sem se fixar a formas padronizadas, que rapidamente se tornam obsoletas (Schwartz, 2000). Os modos de gestão, engendrados no campo social e disseminados no cotidiano de trabalho, se referem às formas como os humanos produzem suas atividades e inventam modos de ser.

Dessa forma, falamos de dimensões ou de diferentes forças presentes na organização do trabalho. A dimensão administração/gerência pautada na padronização, se ancora em situações quase ideais e produz, pela repetição e pela submissão, subjetividades amorfas, moldadas segundo os interesses do sistema do capital. Enquanto a dimensão gestonária, agregando o imprevisto aos modos operatórios prescritos pelas normas, favorece a inventividade e a produção de subjetividades astuciosas.

Daí a importância de interrogarmos a atividade, a forma como se organiza o trabalho, e é essa a proposta quando, no estudo de viabilidade, se faz o convite a elaboração das questões associativas. Com essa atitude de pesquisa, podemos ter acesso às estratégias que obstruem os processos criativos ou identificarmos a priorização de procedimentos tutelares e normatizadores que caracterizam o estilo gerência. Podemos ainda, abordar os erros ou as falhas como constituintes das experimentações que resistem à padronização, que revelam informações sobre um modo de trabalhar, de gerir.

A dimensão gestonária diz respeito às condições do trabalho vivo, do trabalho real. Nessas condições se incluem variados recursos como: as relações do trabalhador com os outros, com as normas produtivas ou as instruções operacionais. E, ainda, as condições incluem as relações do trabalhador consigo mesmo, dos *usos que faz de si* – suas aspirações, desejos, crenças; ou, poderíamos dizer, sua ética. Desse modo, a tendência ou dimensão gestonária supõe a indissociabilidade, num modo de produção, entre subjetividade e política.

O oferecimento de uma forma-modelo de organização pode ser um dispositivo, mas não alimentará movimentos de ruptura com a lógica hegemônica de padronização, presente nos processos de trabalho e de conhecimento, se não tomar como ponto de partida os modos de gestão em presença nos grupos. A questão que nos colocamos é a de *como disparar processos para tornar compatíveis gestões heterogêneas?*

Concluindo, afirmamos que para a pergunta “como chegar à autogestão?”, não temos respostas prontas e acabadas. Mas, o modo que propomos colocar a gestão como problema, indica uma tendência: a de acolher processos de autonomia que são ativados permanentemente. Esses graus de autonomia não pressupõem um estado de libertação, mas a ampliação dos espaços de liberdade frente aos

constrangimentos, coerções e limitações impostos, muitas vezes de forma implacável, pelo sistema do capital. Entendemos assim, que podem ser criados dispositivos que favoreçam processos de autogestão mas, a autogestão entendida como tomada de poder não é passível de ser ensinada ou transmitida. Ela é eminentemente uma atitude de recusa e de insurgência.

### **Estratégias de Formação**

A maneira pela qual problematizamos o tema da gestão, nos inscreve no campo da educação popular entendida enquanto um conjunto de práticas sociais que tendem a dar relevo ao acontecimento educativo caracterizando-o como espaço/tempo de socialização, valorização e aperfeiçoamento do que a sociedade sente, produz, inventa e descobre (Bezerra, 1999). Essa perspectiva é uma tomada de posição frente a subordinação e a fixação de uma ordem disciplinar que, conjugada a outras formas de poder, ainda vinga em nosso presente.

Recorremos ao termo *estratégias de formação*, para afirmar que o modo pelo qual nos inscrevemos nas relações de forças políticas corresponde ao modo como produzimos conhecimento. Ou seja, os processos que nos constituem como sujeitos de conhecimento estão em conexão direta com os processos que nos constituem como sujeitos que atuam sobre outros sujeitos. O termo estratégias sugere a indissociabilidade entre o problema, o modo de colocá-lo e as ferramentas conceituais que utilizamos nesse processo (Silva, 2005).

A opção pelo termo estratégias de formação quer colocar em questão a crença obstinada nos bons métodos e nas boas técnicas. Uma crença construída nas condições bem específicas de emergência das ciências, no curso da modernidade. Em sua lógica e seus princípios, a modernidade tem como pressupostos para a compreensão do homem, do mundo e de suas relações, a estabilidade, a ordem e a regularidade como valor.

I. Prigogine (1990), evidencia que uma aliança entre mundo humano e mundo natural, vinculada à consolidação de leis universais, serviu de suporte às ciências modernas. As normas de cientificidade permitiram conferir autoridade e veracidade aos saberes que se constituíram por meio da burocracia dos cálculos e das medidas matemáticas. Nessas condições, as práticas educativas são, ao mesmo tempo, reguladas e reguladoras de códigos e modelos naturalizados que classificam e ordenam as populações. Instala-se uma lógica determinista e circular que, mesmo

quando incorpora originalidades, a faz em favor da atualização do que está posto no funcionamento da estrutura, não colocando em questão seu estatuto de Verdade, sua construção, sua gênese (Aguiar e Rocha, 1992).

De forma sucinta, esses são alguns elementos constituintes do paradigma racionalista que sustenta a maior parte as práticas sociais e suas instituições, entre elas a *instituição da formação*. Daí a importância de considerar a atuação dos trabalhadores sociais – sejam eles pesquisadores ou profissionais que atuam de forma continuada junto aos setores populares. Percorrendo a história de suas práticas observa-se, ainda, a predominância em suas ferramentas de análise e de intervenção de heranças daquele paradigma e da racionalidade política que lhe corresponde.

Mesmo sem a intenção de abrir esse polêmico tema no momento, não se pode desconsiderar a implicação direta das ciências, em especial das ciências humanas e sociais, na constituição de uma imagem do popular marcada pela carência, pela falta e pela previsibilidade de desvios. Uma imagem que tem justificado, ao longo dos séculos, ações preventivas e prescritivas frente aos perigos e as mazelas das quais, seus filhos, são portadores naturais.

Romper com essas referências e seus efeitos requer, de imediato, um deslocamento do lugar comumente ocupado por técnicos/assessores junto aos setores populares, o que não se dará por uma questão de vontade ou de qualquer identificação – seja pela ideologia, pela causa ou pela culpa... O deslocamento do qual falamos implica a análise de nossos lugares nos jogos de verdade ou, dito de outro modo, exige a análise de nossas implicações – políticas-econômicas-afetivas - nas relações de forças que permitem que certas coisas sejam tomadas como verdadeiras.

Isso não é fácil, sabemos, já que nessa empreitada precisa-se, antes de tudo, aceitar a variabilidade nas relações que se estabelecem entre necessidade, interesse e desejo, como resistências às normatizações e capturas efetuadas pela forma de controle no contemporâneo. Uma das artimanhas desse controle é a de operar o poder numa modulação contínua, de modo que as coisas nunca terminam, nunca se constituem totalmente. Um controle contínuo e ilimitado que nos leva a achar que estamos sempre em dívida, e que fabrica a necessidade de uma *formação permanente* (Deleuze, 1992).

Diante disso é que afirmamos a importância dos profissionais que atuam junto aos setores populares e de um necessário deslocamento do lugar de assessor/técnico para o de assessor/educador entendendo que:

“Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo de reprodução de modelos que não nos permite criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam por para funcionar”(Guattari, 1986).

É nesse sentido, que pensamos a formação de assessores/educadores, o desempenho de suas práticas e os rebatimentos destas no conjunto de iniciativas que investem na construção de caminhos para uma efetiva transformação social. As estratégias de formação se inscrevem em práticas sociais concretas que são, a um só tempo, modos de atuar e de pensar; de enfrentar o desafio de "saber se é possível constituir uma nova política de verdade" (Foucault, 1981).

O que se espreita nas experiências postas em marcha nos movimentos populares, para além das formas consentidas de participação? Que resistências e escapes se colocam frente ao modo de subjetivação presente nas propostas que se veiculam na "educação popular"?

É com esse olhar que nos aproximamos das práticas que compõem uma economia dos setores populares. Nesse minúsculo campo localizamos nossas tentativas, nele arriscamos um exercício que favoreça a abertura da experiência aos processos de singularização/invenção da vida. Uma proposta, ou uma aposta, que implica: a análise permanente das injunções entre estratégias e táticas; a observação apurada do que acontece e, ainda, de como se conjugam as práticas dos grandes enfrentamentos, espaço e domínio das formalizações e das representações, e a temporalidade dos processos, das experimentações, daquilo que ainda não ganhou forma e que não temos ainda como nomear.

Prenhe de movimento, as estratégias observam o estabelecimento de certos domínios – de saber-poder – e suas implicações nos processos de constituição de sujeitos. Dito de outro modo, o que se coloca é uma nova relação teoria-prática que rompe com as idéias de aplicação da teoria sobre a prática e de inspiração da prática para a teoria. Hoje, isso se torna ainda mais relevante, pelo simples fato de assistirmos a um ressurgimento, talvez de forma ainda mais contundente, porque

global, de procedimentos de testagem, da valorização de escores, da disseminação e homogeneização de instrumentos de monitoramento. Procedimentos que visam selecionar privilegiados e, sob a capa da meritocracia, justificar investimentos – financeiros, políticos, subjetivos. Assistimos, com as novas formas de gerenciamento, à consolidação de uma “sociedade administrável” (Castel, 1987).

Diante disso, é importante destacar que quando falamos de “um estudo apropriado à realidade dos grupos e empreendimentos populares” (Kraychete, 2006), estamos nos referindo à construção de instrumentos que favoreçam a potencialização das práticas em sua dimensão inventiva e nos afastando de um necessário ajustamento tecnicista. Menos a reprodução de modelos do que o uso da técnica como dispositivo, para com ela, a partir dela e apesar dela, verificar seus efeitos, sempre políticos.

O estudo de viabilidade e gestão democrática proposto, se faz na conjugação de diferentes dispositivos, não se tratando de um trabalho a mais, um acréscimo ao que já é feito. Trata-se de um questionamento e um deslocamento na natureza do trabalho. A interrogação sobre a atividade, mobiliza a atenção para o que se faz, para o que os outros integrantes fazem e, para além, questiona as relações daquele “pequeno grupo” com o entorno – seja ele a comunidade local, a família ou o mercado. Ele convoca à (re) organização dos saberes já existentes e a novas conexões e conseqüente ampliação do conhecimento.

A experiência que temos vivenciado nos Cursos de Extensão: Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos, se apóia no recurso a dispositivos de ampliação da intervenção dos participantes no próprio Curso. Um exemplo desses dispositivos, é a constituição de equipes de co-gestão do processo – equipe de coordenação, de avaliação, de registro, de infra-estrutura e de animação.

Com essa proposta temos, pelo menos, duas intenções:

- a de criar, efetivamente, um campo de experimentação no qual as os modos de gestão, suas contradições e convergências, encontrem espaço de expressão, enfrentamento e negociação.
- a de que, os temas que nomeiam cada equipe (coordenação, avaliação, registro, etc.), se tornem matéria a ser problematizada por cada grupo e pelo coletivo, favorecendo a (re)criação de modos de sentir, pensar e agir.

Em última análise, isso se traduz no exercício e na aprendizagem do poder e na afirmação da potência da vida.

### **Referências bibliográficas:**

APPLE, M. Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro:DP&A editora, 2005.

BARROS, M.E.B. Modos de Gestão in Revista do Departamento de Psicologia – Universidade Federal Fluminense, v.14 – nº 2, p.59-74, 2002.

BEZERRA, M.A. Educação alternativa hoje. 1999. mimeo.

BEZERRA, M.A. Educação popular e economia dos setores populares: preocupações e indagações, 2006. Disponível no site < <http://www.capina.org.br> >

BRITTO,J., ATHAYDE,M. e NEVES,M.Y. (orgs.) Programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas. Caderno de Textos. Paraíba:Editora Universitária, 2003.

CASTEL, R. A gestão dos riscos. Rio de Janeiro:Francisco Alves Editora, 1987.

CORAGGIO, J.L. Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economia social y solidária. Disponível no site < <http://www.coraggioeconomia.org> >

DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro:Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 2ªed. Rio de Janeiro:Grael,1981.

GUATTARI, F. e ROLNIK,S. Micropolítica – cartografias do desejo. Petrópolis:Vozes, 1986.

KRAYCHETE, G. Sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária – 2006. Disponível no site < <http://www.capina.org.br> >

LAEYS, C. market-driven politics: neoliberal democracy and the public interest. New York: Verso, 2003.

PROGOGINE, I. O nascimento do tempo. Lisboa:Edições 70, 1990.

SCHWARTZ,Y. Le paradigme ergologique ou um métier de philosophe. Toulouse:Octanès Editions, 2000.